

**Narrativas sobre um território mestiço: as mesclas raciais do Brasil na ótica
de três estrangeiros no século XIX
(Saint-Hilaire, Louis Agassiz e Louis Couty)**

**Narratives about a mestizo territory: racial mixtures of Brazil in the perspective of three
foreigners in the nineteenth century (Saint-Hilaire, Louis Agassiz and Louis Couty)**

Flávio Raimundo Giarola*

Resumo: Durante o século XIX, vários estrangeiros percorreram o Brasil com objetivos diversos, que iam desde missões diplomáticas a expedições científicas que buscavam reconhecer a diversidade biológica e geográfica da região. Nestas excursões, os viajantes também faziam descrições sobre as populações que encontravam pelo caminho e desenvolviam teses sobre as potencialidades de desenvolvimento ou não de um território miscigenado e com um número considerável de negros. Assim, nosso artigo analisa as representações sobre o mestiço e sobre a mestiçagem nos relatos de viagem e nas observações de três estrangeiros que estiveram no Brasil em momentos diferentes dos oitocentos: Auguste de Saint-Hilaire, Louis Agassiz e Louis Couty. Defendemos que as narrativas estrangeiras, sobre a mescla racial e sobre as consequências destas misturas para o Brasil sofreram poucas alterações ao longo do período analisado, uma vez que eram movidas fundamentalmente pelo racismo europeu predominante nas ciências daquele século.

Palavras-chave: mestiços; mestiçagem; viajantes

Abstract: During the nineteenth century, several foreigners toured Brazil with diverse objectives, ranging from diplomatic missions to scientific expeditions that sought to recognize the biological and geographical diversity of the region. On these excursions, travelers also made descriptions of the populations they encountered along the way and developed theses on the development potential of a mixed-race territory with a considerable number of blacks. Thus, our article analyzes the representations about the mestizo and the mestizaje in the travel accounts and in the observations of three foreigners who were in Brazil at different times of the nineteenth: Auguste de Saint-Hilaire, Louis Agassiz and Louis Couty. We argue that the foreign narratives about the racial mix and about the consequences of these mixtures for Brazil suffered little change over the period

* Professor efetivo de História do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG); Doutor em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

analyzed, since they were fundamentally driven by the predominant European racialism in the sciences of that century.

Keywords: mestizos; miscegenation; travelers

Introdução

No século XIX, conforme Márcia Naxara, a concepção de que a acumulação de fatos e de saberes levaria a uma crescente inteligibilidade do mundo era um dos pilares do discurso científico. Nesta perspectiva, a observação e a descrição eram tidas como métodos primordiais para que se alcançasse o conhecimento de determinado objeto. Assim, as viagens tornaram-se importantes para a prática científica, uma vez que a observação da natureza e de homens permitia a coleta e o reconhecimento de ambientes estranhos, pouco estudados ou, como era comum no discurso da época, “incivilizados”. Segundo a autora, eram diversos os fatores que atraíam os viajantes estrangeiros para o “novo mundo”: a curiosidade de conhecer e ver de perto as maravilhas e/ou o exotismo do mundo colonial descritos por aqueles que retornavam; o crescimento da imaginação a respeito daquele território e da sua população selvagem, alimentados desde o século XVI; as possibilidades vinculadas à colonização e à exploração de riquezas; e o interesse científico pautado nas concepções da história natural e voltado para a observação e sistematização dos dados que pudessem ser extraídos da natureza e das sociedades dos mais diversos lugares do mundo (flora, fauna, minerais, terras, gentes, costumes) (NAXARA, 2004, p. 141-142).

A maior parte dos viajantes que esteve no Brasil no século XIX era composta por naturalistas que tendiam a enxergar o homem como componente do meio natural. Conforme Lorelai Kury, as iconografias e os relatos de viagem buscavam descrever de modo exaustivo e profundo os diversos elementos que compunham cada lugar, uma vez que a compreensão da ciência do século XIX buscava descrever a totalidade de elementos que atuavam em um fenômeno local. “É como se cada parte contivesse o todo. Uma fisionomia particular seguiria a mesma lógica de relações harmônicas e de simpatias que, supunha-se, regiam a vida cósmica” (KURY, 2001, p. 870). Portanto, descrever os habitantes do país visitado fazia parte de uma perspectiva ampla, que visava apreender todas as características de um território desconhecido para a maioria dos europeus.

Além do interesse científico, alguns viajantes também foram movidos por interesses diplomáticos, políticos e/ou econômicos. Em outros casos, como no de Louis Couty, a viagem tornava-se permanente, transformando o estrangeiro em imigrante. Contudo,

independente do propósito ou do tempo de permanência, o estranhamento inicial diante de uma sociedade adversa da europeia, marcada por uma intensa miscigenação e pela grande quantidade de negros, costumava levar ao desejo de descrevê-la. Neste ponto fica ressaltado o papel da distância na percepção do viajante, que, segundo Ana Maria Belluzzo, apresenta um duplo aspecto de estranhamento: sua distância frente ao que ele presencia como extraordinário no lugar estrangeiro; e a distância propiciada pela viagem com relação ao que ele experimentava em seu lugar de origem, que o leva a rever aspectos de sua vida ordinária, colocados sob nova chave (BELLUZZO, 2008, p.3).

Desta forma, o viajante procura palavras, conceitos e referências que lhe permitem associar estas novas experiências ao seu conhecimento prévio. No caso particular das narrativas sobre os grupos humanos, o racismo desempenhou um importante papel neste sentido. As teorias racialistas produzidas no Velho Mundo entre os séculos XVIII e XIX apareciam como uma espécie de lente usada por estes viajantes para assimilar o diferente, ou seja, para reconhecer aquela diversidade e colocá-la dentro do entendimento europeu.

A questão do mestiço foi uma das características da sociedade brasileira que mais chamou a atenção dos estrangeiros que passaram pelo país no século XIX. Isto porque, conforme Eduardo França Paiva, o multicolorido da mestiçagem marcou a América Portuguesa de forma indelével desde a Colônia. Dos contatos estabelecidos entre tão diversas origens e visões de mundo, conduzidos por relações de poder moldadas às peculiaridades de regiões e de épocas, nasceram indivíduos e grupos que não eram nem europeus, nem africanos, nem índios. “Eram mestiços. Mulatos, pardos, cabras, caboclos, eles eram os nascidos na Colônia a partir do encontro entre mundos pouco parecidos” (PAIVA, 2001, p. 37).

A situação não sofreu alterações no século XIX e, ao contrário, ganhou um maior destaque com o desenvolvimento das discussões racialistas.¹ Ainda recorrendo a Paiva, o

¹ É necessário destacar que existe uma diferença terminológica entre “racismo” e “racialismo”. Segundo Tzvetan Todorov, a palavra racismo refere-se a um comportamento, feito, o mais das vezes, de ódio e desprezo com respeito a pessoas com características físicas bem definidas e diferentes das nossas. Racialismo, por seu turno, refere-se a uma ideologia, uma doutrina referente às raças humanas. O racismo é um comportamento antigo e, provavelmente, universal; o racialismo é um movimento de ideias nascido na Europa ocidental, cujo grande período vai de meados do século XVIII a meados do século XX. (TODOROV, 1993, p. 108). Sem querer contestar a valorosa distinção feita por Todorov, não cremos que o racismo seja um comportamento universal. Como afirma Michel Leiris, o preconceito racial não é inato, pelo contrário, é de origem recente. De acordo com o autor, muitas sociedades investigadas por etnógrafos exibem um orgulho de

próprio termo “mestiçagem” parece ter surgido no século XIX, muito provavelmente a partir do trato cientificista dispensado à problemática da miscigenação, sobretudo nas jovens nações americanas. De acordo com o autor, foi no mesmo período oitocentista que também se alteraram os significados antigos atribuídos ao termo “híbrido”, passando este a significar a mistura que não frutifica, o estéril:

Essa definição foi empregada a animais e a plantas e sementes, mas, não raro, explícita e implicitamente, foi associada às mestiçagens humanas e, ainda, projetada sobre o futuro daquelas jovens nações, saídas, várias delas, de longo passado escravista e marcadas forte e indelevelmente, todas elas, pela mescla biológica e cultural. Os olhares intelectual, científico e político desses tempos condenavam passado e presente desses povos e duvidavam de sua capacidade de “civilizar-se” no futuro. Híbrido e mestiço tornaram-se, assim, sinônimo de degenerescência e de barbárie, ocupando, necessariamente, um lugar desprestigiado e perigoso na cadeia evolutiva. Os novos significados atribuídos aos termos antigos e às derivações lexicais foram muito convenientes a essa conclusão equivocada (PAIVA, 2009, p. 13).²

Portanto, ao lado do termo “raça”, introduzido na literatura especializada *no início do século XIX*, de acordo com Lilia Schwarcz, por Georges Cuvier, inaugurando a ideia da existência de heranças físicas permanentes entre os vários grupos humanos (SCHWARCZ, 1993, p. 47); o termo “mestiçagem” também ganhava importância por condenar, na maioria das vezes, a mistura entre os diversos “tipos raciais”. A partir de então, várias teorias sobre os cruzamentos humanos foram surgindo, consolidando um discurso que, quase sempre, ligava a miscigenação ao atraso de determinadas civilizações. Em outras palavras, esse

grupo; mas embora esse grupo se considere privilegiado com relação aos outros, ele não tem pretensões de “raça” e não desdenha, por exemplo, buscar mulheres entre os outros grupos ou sancionar alianças ocasionais com eles. Na Europa Ocidental, os povos que os gregos qualificavam de “bárbaros” não eram encarados como inferiores racialmente, mas como não tendo atingido o mesmo nível de civilização que eles; o próprio Alexandre da Macedônia desposou duas princesas persas e dez mil dos seus soldados casaram com mulheres hindus (LEIRIS, 1970, p. 225-226).

² Cabe ressaltar que, para Paiva, ao contrário do termo mestiçagem, os termos híbrido, semífero, misto/mixto, misturado, mestiço têm existência muito anterior ao racialismo do século XIX, sendo possível voltar, pelo menos, aos primeiros anos da era cristã e encontrar registrados alguns deles. “O emprego desses termos quase sempre serviu para que certa ‘pureza’ de origem, cultural e biológica, fosse evocada e, portanto, para que os híbridos/íbridos fossem devidamente identificados e (des) classificados” (PAIVA, 2009, p. 12).

olhar racialista sobre as mesclas alimentava a escrita dos viajantes, que quase sempre utilizavam as descrições sobre o cenário “racial” brasileiro como uma espécie de prova das teorias que se produziam na Europa.

Como consequência, os viajantes estrangeiros tendiam a decepcionar-se com o tipo de homem que encontravam no Brasil, descrito como apático, preguiçoso, indolente, entre outras características negativas; em contraste com a exaltação da natureza tropical, que causava êxtase e admiração nos europeus (VENTURA, 1991, p. 32). Assim, estes viajantes ajudaram a consolidar a imagem de que o Brasil era um país predominantemente ocupado por uma população atrasada em termos evolutivos (RAMOS; MAIO, 2010, p. 31), e que, por isso, não estava apta para explorar as potencialidades de seu território. Destacava-se, principalmente, a condenação da mestiçagem e a percepção dos males do negro para o progresso da nação.

Internamente, em 1838, surgiu o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro que, diante do processo de construção do Estado Nacional brasileiro, buscou delinear um perfil para a jovem nação. De acordo com Manuel Luis Salgado Guimarães, desde o início das atividades do IHGB, já se pensava as dificuldades de promover um projeto nacional em uma sociedade marcada pelo trabalho escravo e pela existência de populações indígenas (GUIMARÃES, 1988, p. 6). Sendo assim, a ideia de nação predominante em tal instituição não se assentou, ao contrário do que se poderia esperar de um território recém-independente, em uma oposição à antiga metrópole portuguesa. Ao invés disto, reconheceu a nação brasileira como continuadora de certa tarefa civilizadora iniciada pela colonização de Portugal.

Desta forma, o Brasil pôde ser definido como representante da ideia de civilização no Novo Mundo. Ao mesmo tempo, porém, foram identificados aqueles que deveriam ficar excluídos da nacionalidade, por não serem portadores da noção de civilização: índios e negros. “O conceito de Nação operado é eminentemente restrito aos brancos, sem ter, portanto, aquela abrangência a que o conceito se propunha no espaço europeu” (GUIMARÃES, 1988, p. 7).

Ainda assim, em meio a este debate, a partir de uma iniciativa do próprio IHGB, um estrangeiro teve a iniciativa de interpretar o caráter mestiço do brasileiro. O naturalista alemão Karl von Martius (1794-1868), ao vencer um concurso promovido pelo Instituto, defendeu a tese de que a chave para se compreender a história do Brasil estava no estudo do cruzamento das três “raças” que haviam formado sua população – a branca, a indígena e

a negra (RAMOS; MAIO, 2010, p. 35). Em seu texto *Como se deve escrever a história do Brasil* (1845), o autor propunha uma interpretação do país que partisse da análise da formação e constituição de seu povo, tendo a miscigenação como ponto central da argumentação. Segundo o autor;

Qualquer que se encarregar de escrever a História do Brasil, país que tanto promete, jamais deverá perder de vista os elementos que aí concorreram para o desenvolvimento do homem.

São porém estes elementos de natureza muito diversa, tendo para a formação do homem convergido de um modo particular três raças, a saber: a de cor de cobre ou americana, a branca ou caucasiana, e enfim a preta ou etiópica. Do encontro, da mescla, das relações mútuas e mudanças destas três raças, formou-se a atual população, cuja história, por isso mesmo tem um cunho muito particular.

(...)

Jamais nos será permitido duvidar que a vontade da providência predestinou ao Brasil esta mescla. O sangue português em um poderoso rio deverá absorver os pequenos confluente das raças índia e etiópica (MARTIUS, 1845, p. 408).

A interpretação de von Martius, feita *em meados do século XIX*, talvez tenha sido a análise de um estrangeiro que mais profundamente influenciou intelectuais brasileiros que, posteriormente, tentaram solucionar os problemas decorrentes do paradoxo entre desenvolvimento da nação e população mestiça. Principalmente porque havia um prognóstico otimista de que o sangue branco do português tenderia a se sobrepôr na sociedade. Para Ana Luisa Fayet Sallas, as ideias de Martius sobre história foram formuladas do ponto de vista de um naturalista que, em grande medida, tomava como princípio serem as diferenças existentes na formação social brasileira dados naturalizados, não tratados em sua dimensão política e econômica (SALLAS, 2010, p. 430). Ao longo da história do Império, movidos pelo discurso racista, outros viajantes destacaram, da mesma forma que von Martius, a característica mestiça do Brasil como elemento chave para se discutir aquela sociedade, ainda que tendessem a ver mais aspectos negativos do que positivos nesta observação.

Em vista disto, o objetivo deste artigo é analisar as representações diante da mestiçagem e do mestiço nas obras de três viajantes que estiveram no Brasil em momentos diferentes da história do Império: Auguste de Saint-Hilaire, Louis Agassiz e Louis Couty. Cada um destes estrangeiros fez importantes descrições sobre a constante mistura entre as “raças” que ocorria em todo o território brasileiro, e concordaram sobre a marca indelével que estas mesclas impunham àquela sociedade; chegando a conclusões muito próximas sobre os seus efeitos.

Pretendemos nos inserir no debate sobre os viajantes no Brasil oitocentista promovendo uma *análise comparada* de três sujeitos separados por um *considerável período de tempo*. Nosso intuito, ao fazer isto, é perceber, por um lado, como as questões políticas, sociais e econômicas vivenciadas pelo Brasil no momento da viagem influenciaram na descrição sobre a mestiçagem. Ao mesmo tempo, acreditamos que esta *distância temporal* também permite averiguar de que maneira o desenvolvimento gradual do racismo na Europa impactou nas representações estrangeiras sobre o Brasil, sobretudo na construção de um discurso negativo sobre o mestiço. Por fim, pretendemos destacar a consolidação de uma ideia de Império mestiço entre os viajantes europeus, a partir da constatação de que o território visitado apresentava uma singularidade se comparado às demais partes do mundo: a mistura incessante entre brancos, índios e negros. Em síntese, nossa hipótese é que uma abordagem centrada na longa duração pode elucidar importantes aspectos das mudanças e permanências nas descrições sobre a mestiçagem no Novo Mundo.

O mestiço nas viagens de Saint-Hilaire

O francês Auguste de Saint-Hilaire (1779-1853) foi um botânico que esteve no Brasil entre 1816 e 1822, como parte de uma expedição organizada pelo duque de Luxemburgo para resolver um conflito existente entre França e Portugal, com relação à Guiana. A partir de sua chegada, aproveitou a estadia para percorrer várias partes do território que ainda pertencia ao Império português, coletando exemplares da fauna e da flora brasileiras. Esteve em várias regiões que correspondem hoje aos estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, Goiás, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Saint-Hilaire acompanhou os momentos que caracterizaram a transição que levaria o Brasil a se tornar um país independente. Desta forma, principalmente no relato de sua segunda viagem à província de São Paulo, registrou acontecimentos que marcavam o fim do domínio português e os sinais do nascimento do Império brasileiro.

Para efeito de análise, escolhemos dois relatos de viagem de Saint-Hilaire para identificar as representações que o mesmo tinha diante da mestiçagem no Brasil. *Viagem às nascentes do Rio São Francisco e pela província de Goiás*, descreve os caminhos percorridos pelo naturalista no ano de 1819, saindo do Rio de Janeiro até as cabeceiras do Rio São Francisco e daí partindo para Goiás. Já a *Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo* traça a rota percorrida em 1822, saindo do Rio de Janeiro, em 29 de janeiro daquele ano, e passando por territórios de Minas Gerais e de São Paulo. Também usamos como fonte o texto *Quadro histórico da Província de São Paulo*, publicado como apêndice na edição do Senado Federal dos relatos da segunda viagem a São Paulo, e que contém uma descrição riquíssima da mestiçagem entre os paulistas.

Na análise destas obras, fica explícita a percepção do território brasileiro como uma região composta por mestiços.

A população da França, como de toda a Europa ocidental, é perfeitamente homogênea - uma só raça de homens e não existem escravos. O mesmo, infelizmente, não ocorre no Brasil. Não somente a escravidão é ali admitida, como também três raças completamente distintas (e os numerosos mestiços que as ligações entre as mesmas produziram) constituem a população do país. (...) Estranha confusão de raças, do que resultam complicações embaraçosas e perigosas, quer para a administração pública, quer para a moral social (SAINT-HILAIRE, 2002, p. 220).

O trecho acima, extraído do *Quadro histórico da Província de São Paulo*, foi escrito algum tempo após a emancipação do Brasil, em 1839, e também alguns anos antes do já citado texto de von Martius. A concepção das mesclas raciais aparece de forma claramente negativa, expondo problemas para uma nação ainda recente. Sua análise parte do princípio de que existe uma singularidade no Império, a mestiçagem, mas que esta era responsável por diversos obstáculos para o desenvolvimento social e para a administração.

Saint-Hilaire havia chegado a estas conclusões ainda em suas viagens pelo país e, através dos seus relatos, procurou dar conta das “misturas raciais” que percebia em seus itinerários. Em sua viagem de 1819, por exemplo, ao descrever os habitantes do sítio de Pari,

em Goiás, o naturalista francês não apenas observou a mestiçagem da região, como também tentou mostrar que a mesma dificultava a identificação dos brancos puros.

Apesar da pouca simpatia que, em geral, existe entre brancos, e mulatos, essas misturas não são muito raras nas famílias pobres, que não podem ser muito exigentes nas alianças. Frequentemente, também, famílias de sangue mestiçado tornam-se outra vez brancas por novos cruzamentos; assim, um dos habitantes de Pari tinha evidentemente, um quarto de sangue negro; desposara uma mulher branca, os cabelos do filho eram lisos e de um belo louro. De tantos cruzamentos diversos resulta que, muitas vezes, é difícil decidir se um homem é realmente branco, ou se deve ser classificado entre os mestiços (SAINT-HILAIRE, 1937, p. 202).

Em Pari, o viajante se deparou com uma mistura que não se limitava aos tipos considerados puros (brancos, negros e índios), mas que se multiplicava com a reprodução entre mulatos e brancos, conforme o relato. Mais tarde, esta continuidade das mesclas através dos mestiços seria um ponto notado também por Agassiz, que destacaria a eliminação da pureza racial através deste processo. Para Saint-Hilaire, no entanto, estes cruzamentos são responsáveis por uma espécie de “branqueamento”, muito próxima à afirmação de von Martius de que o “sangue branco” se sobreporia sobre os demais elementos da sociedade, tese que seria a base para muitos discursos racialistas de intelectuais brasileiros no final do século XIX.³

Isso não significa dizer que Saint-Hilaire não via características inerentes aos mestiços. Com relação aos mulatos, admitia que se podia afirmar que tinham maior vivacidade de espírito e facilidade de aprender do que os “homens de raça caucasiânea”, mas mantinham a “falta de caráter inerente à raça africana” e tinham sentimentos menos elevados do que os brancos”, ampliados pelos males do cativo (SAINT-HILAIRE, 1937, p. 65). Nesta concepção, o mestiço de negro com branco consegue apresentar características

³ Como os trabalhos de João Batista de Lacerda (1846-1915), um dos grandes divulgadores da teoria do branqueamento no Brasil. Para ele, os mestiços eram inferiores aos negros como mão de obra agrícola e na resistência às moléstias, porém, possuíam uma superioridade física e moral em relação aos “pretos”. Acreditava que o cruzamento racial levaria, no curso de mais de um século, ao desaparecimento do “métis” (mestiço) no país. Segundo Skidmore (1976, p. 82), Lacerda chegou a afirmar que já se viram filhos de “métis” apresentarem, na terceira geração, todos os caracteres físicos da “raça branca”. Obviamente, paralelo a este processo, ocorreria a extinção total da “raça negra” em nosso meio, expostos a toda espécie de agentes de destruição e sem recursos suficientes para se manterem, fatores decorrentes da abolição.

positivas, em equilíbrio com aspectos negativos que, segundo Saint-Hilaire, derivavam tanto da influência da “raça inferior” quanto dos efeitos perniciosos da escravidão.

Descrição semelhante foi feita por Saint-Hilaire ao falar de seu ajudante, José Mariano, um mestiço que, segundo o naturalista, possuía sangue negro, branco e indígena. “Esse homem possuía, no mais alto grau, as boas e más qualidades que caracterizam os mestiços; possuía grande inteligência, e habilidade pouco comum; mas era, ao mesmo tempo, imprevidente, pródigo e vaidoso” (SAINT-HILAIRE, 1937, p. 26). Assim, o mestiço é uma espécie de núcleo para o qual convergem os dotes da “raça branca” e, ao mesmo tempo, os defeitos de negros e índios.

Entretanto, hora ou outra, os raros traços positivos das “raças” consideradas inferiores podem se destacar nos mestiços. Exemplo disto é que aqueles que carregam o sangue das três “raças” e os mulatos, principalmente, não são vistos como maus trabalhadores, uma vez que descendem, em sua maior parte, de indivíduos escravizados. Ao contrário, são hábeis e Saint-Hilaire reconhece, inclusive, uma inteligência que carregam de seus ancestrais brancos. Ao mesmo tempo, “essa gente (...) têm toda a inconstância dos negros e dos índios; são sem princípios, e a maioria sem família; habituados à vida nômade, não se podem acostumar à dependência” (SAINT-HILAIRE, 1937, p. 69).

Apesar de acreditar na existência de raças e na desigualdade inerente a estas, Saint-Hilaire não utiliza nenhuma grande teoria racialisista para justificar suas descrições dos mestiços. Talvez por isso, fica evidente o reconhecimento de uma espécie de hierarquia entre os mestiços. Em outras palavras, reconhece-se quase um equilíbrio nas características positivas e negativas de mulatos e de mestiços que tenham o sangue diluído entre os três principais grupos raciais do Brasil. Contudo, quando seus relatos visam o mameluco, ou seja, o mestiço de índio com branco, a análise torna-se mais crítica e menos equilibrada. Isto fica mais claro quando o naturalista fala de São Paulo, como na descrição que fez da população de Jacareí;

Os traços da raça indígena acham-se muito mais pronunciados nos habitantes de Jacareí do que nos outros lugares por onde passei até agora. Isto não é extraordinário, pois esta região fica ainda a considerável distância de São Paulo que só possui comunicação indireta com o Rio de Janeiro, e onde, por conseguinte, os cruzamentos foram menos repetidos.

Se a cor pálida, que caracteriza os descendentes dos brancos e índios, é geralmente mais pronunciada, os olhos têm muitas vezes ligeira divergência.

São mais estreitos que os dos europeus de raça pura, o nariz é muitas vezes mais chato, os molares mais proeminentes. As fisionomias exprimem muitas vezes doçura e encanto, mas são sempre inexpressivas. Os homens desta região, tardos de movimentos, parecem indiferentes a tudo. Não mostram a menor curiosidade, falam pouco e são muito menos educados que os de Minas. A língua portuguesa toma na boca destes últimos uma doçura que não existe na dos portugueses da Europa; mas aqui esta doçura torna-se já moleza; as reflexões são variadas, e tem qualquer coisa de infantil, que lembra a língua dos índios (SAINT-HILAIRE, 2002, p. 93-95).

Uma das explicações possíveis para esta visão menos benevolente com relação ao mameluco está no fato de Saint-Hilaire alimentar uma percepção negativa dos povos indígenas, considerados selvagens e avessos à civilização. Além disso, considerava que a influência da cultura destes sobre o branco era perniciososa, criticando o fato de que, onde o número de nativos era elevado, os europeus adotavam seus costumes e sua língua. Concluía que os mineiros tinham grande superioridade sobre o resto dos brasileiros porque pouco se misturavam com os índios (SAINT-HILAIRE, 2002, p. 83).

Os negros, ao menos, serviam como força de trabalho e, apesar dos males que a escravidão causava, ela tinha o aspecto positivo de civilizar os africanos. Os indígenas, ao contrário, além de serem imprevidentes como os negros, “resignam-se menos facilmente, são mais apegados à liberdade e não tem o mesmo vigor para suportar os rudes trabalhos da escravidão” (SAINT-HILAIRE, 2002, p. 153).

Saint-Hilaire também considerava que os portugueses eram representantes de uma civilização europeia “muito defeituosa” e que, a seus vícios, juntaram-se os dos indígenas, formando o mameluco (SAINT-HILAIRE, 2002, p. 143). Segundo ele, a tendência dos indígenas era o desaparecimento, pois a maior parte das “tribos selvagens” já havia desaparecido e os novos cruzamentos tendiam a fazer sumir ainda mais os “traços deste sangue” na sociedade. Porém, “há ainda, entretanto, enorme quantidade de mestiços, que uma observação exercitada distingue sem maior esforço, e que é, mesmo, repelida, em muitos pontos do país, pelos verdadeiros brancos” (SAINT-HILAIRE, 2002, p. 225).

Diante de um cenário racial desfavorável, Saint-Hilaire visualiza a potencialidade da imigração. Se a mestiçagem havia tornado a população indolente e acostumada à preguiça “o europeu senhor da vantagem de ter muito maior destino deve necessariamente ganhar alguma coisa, se trabalhar com perseverança e comportar-se bem” (SAINT-HILAIRE, 2002, p. 118). A questão central é que havia um imenso território a ser explorado, com riquezas naturais das mais vastas, esperando apenas o trabalho de homens livres dos vícios que a mescla racial havia imprimido na sociedade.

Isto posto, apesar de Saint-Hilaire ver alguma influência positiva do elemento branco nas misturas, sobretudo com o negro, e de identificar, a longo prazo, uma sobreposição deste sobre os demais elementos “raciais”; no geral, a interpretação crítica sobre as misturas se impõe. A existência de uma sociedade composta em grande parte de mestiços traz muito mais problemas do que benefícios para um Brasil que, ainda vinculado a Portugal, mostrava os sinais de que em breve se tornaria uma nação independente. Isto se dava uma vez que estes híbridos ou trafegavam entre características positivas e negativas advindas das “raças” progenitoras ou, no caso do mameluco, sofriam com os males decorrentes do sangue indígena.

Louis Agassiz e a degeneração do mestiço

Louis Agassiz e sua esposa, Elizabeth Agassiz, estiveram no Brasil entre 1865 e 1866, em um *momento histórico muito diferente* daquele presenciado por Saint-Hilaire. Já se fazia algumas décadas desde a independência e as instituições imperiais já haviam conseguido certa estabilidade com o segundo imperador. Assim, o diagnóstico da mestiçagem e de seus efeitos se dá diante de uma nação relativamente consolidada, ainda que jovem.

Sua expedição, financiada por Nathaniel Thayer, percorreu o Rio de Janeiro e Minas Gerais, além de regiões do Nordeste e do Norte do Brasil. Dessas viagens, resultou o livro *Viagem ao Brasil - 1865-1866*, baseado nos registros feitos por Elizabeth Agassiz e em algumas observações feitas pelo próprio Louis Agassiz.

Interessado nos peixes brasileiros, Agassiz manteve correspondência frequente com Dom Pedro II, obtendo, deste, todo o apoio necessário para seu empreendimento. Segundo Márcia Naxara, a expedição organizada por Agassiz tinha um objetivo definidamente científico, procurando juntar elementos para a compreensão e esclarecimento das teorias a respeito da evolução das espécies, que vinham sendo pesquisadas e discutidas tanto por Darwin como por outros cientistas. Além disto, procurava encontrar elementos capazes de

elucidar o mistério da origem da vida, de seu desenvolvimento, das causalidades capazes de vincular, ou não, passado e presente, explicando este por aquele (NAXARA, 2004, p. 161). Em vista disto, como Saint-Hilaire, acabou achando necessário descrever aspectos dos tipos humanos que habitavam o Império, dentre eles, os mestiços.

Já no início da viagem, ainda no Rio de Janeiro, Elizabeth Agassiz fez uma observação que muito tem a dizer sobre sua visão e a do marido diante da mestiçagem entre grupos diversos. Ao notar um aglomerado de negros na cidade, dizia que havia necessidade de se pensar nas consequências do contato destes com os brancos, concluindo que o negro e a escravidão tinham uma pernicioso influência sobre os senhores (AGASSIZ; AGASSIZ, 1975, p. 45). Se bem que ainda não estava lidando com a mestiçagem biológica, propriamente dita, já se delineava uma crítica a outra forma de *mestiçagem*, a *cultural*. O contato entre as culturas europeia e africana era prejudicial ao desenvolvimento da primeira, o que era amplificado pelas práticas escravocratas. Análise muito semelhante a que Saint-Hilaire havia feito com relação à influência da cultura indígena sobre o branco.

Adiante, ainda no Rio de Janeiro, em visita ao colégio Pedro II, Elizabeth mostrava-se impressionada com os mestiços que estudavam naquela instituição de ensino e, ainda mais, com a diversidade de “raças” entre alunos e professores;

uma coisa, todavia, impressiona o estrangeiro quando vê, pela primeira vez, toda essa juventude reunida: é a ausência do tipo puro e o aspecto doentio desses adolescentes; não sei se é uma consequência do clima, mas uma criança vigorosa e fortemente sadia é raro de se encontrar no Rio de Janeiro. Os alunos eram de todas as raças, viam-se entre eles negros e de todas as nuances intermediárias até o branco; e mesmo o professor de uma das classes superiores de língua latina era de puro sangue africano (AGASSIZ; AGASSIZ, 1975, p. 92).

A aceitação de negros e mestiços na sociedade era tida como honrosa pelo casal de viajantes. Porém, havia um fator negativo: ela contribuía para o aumento do número destes tipos no país. Concordavam que, em sociedades escravistas, era comum encontrar exemplares das mais variadas “raças” e, em consequência, observar o amálgama destas, como ocorria nos Estados Unidos, por exemplo. Mas, no Brasil, isto teria ganhado proporções desfavoráveis para o desenvolvimento da sociedade, uma vez que era “como se toda a pureza de tipo houvesse sido destruída, daí resultando um composto vago, sem

caráter e sem expressão” (AGASSIZ; AGASSIZ, 1975, p. 180). Desta forma, ao contrário daqueles que, como von Martius, consideravam que os elementos da “raça superior” tendiam a se impor na mestiçagem; os Agassiz pensavam que o resultado das mesclas seria a eliminação de qualquer tipo puro. Temos, portanto, duas constatações importantes: a ideia de ausência de preconceito no Império e, por outro lado, os efeitos negativos que isto levava para a formação “racial” do país.

Em Manaus, esta observação tornara-se muito mais evidente para os viajantes:

(...) e os rostos mostravam todas as tonalidades, do negro ao branco, sem contar as cores acobreadas dos índios e dos mestiços. Não há aqui, com efeito o menor preconceito de raça. Uma mulher preta - admitindo-se, já se vê, que seja livre - é tratada com tanta consideração e obtém tanta atenção quanto uma branca. Todavia, é raro encontrar-se na sociedade uma pessoa que seja absolutamente de pura raça negra, mas vêem numerosos mulatos e mamelucos, como chamam aos mestiços de índio e negro (AGASSIZ; AGASSIZ, 1975, p. 174).

Na região Norte, portanto, a imagem de um país composto de mestiços ficou explícita para o casal. É neste momento que Louis Agassiz escreveu algumas de suas principais observações sobre as mesclas raciais. Nesta parte do relato, Elizabeth transcreve um trecho inteiro do naturalista suíço sobre o assunto. O texto é uma análise completamente influenciada pelas teorias racialistas, muito diferente das descrições de Saint-Hilaire. O primeiro, apesar de mostrar seu conhecimento destas ideias, não entrava em muitos detalhes, deixando apenas entrever que acreditava que havia raças diferentes e que estas podiam se fundir de forma negativa e, mais raramente, de forma positiva. Já Agassiz, ao contrário, procurou interpretar a população brasileira sob a ótica das teorias raciais europeias. Ao mesmo tempo, procurou usar o Brasil como laboratório para fundamentar o racismo. Desta forma, dizia;

sabemos que, entre os animais, quando dois indivíduos de sexo diferente e de espécies distintas concorrem na produção de um novo ente, esse híbrido não apresenta uma semelhança exclusiva com o pai, nem com a mãe e participa dos caracteres de ambos. Não me parece menos significativo que tal fato seja igualmente verdadeiro quanto ao produto de dois indivíduos de sexo diferente, pertencentes a raças humanas distintas.

O filho nascido de uma preta e de um branco não é preto nem branco, é mulato; o filho de uma índia e um branco não é um índio nem um branco, é um mameluco; o filho de uma negra e de um índio não é um negro nem um índio é um cafuzo. Cafuzo, mameluco e mulato participam dos caracteres de seus autores, tanto quanto a mula participa dos do cavalo e da jumenta. Logo, no que diz respeito ao produto, as raças humanas se acham, umas em relação às outras, na mesma relação que as espécies animais entre si e a palavra raças, na significação atual, deverá ser abandonada quando o número das espécies humanas for definitivamente determinado e quando os verdadeiros caracteres dessas espécies houverem sido nitidamente estabelecidos. Por mim, julgo estar demonstrando que, a não ser que se prove que as diferenças existentes entre as raças índia, negra e branca são instáveis e passageiras, não se pode, sem estar em desacordo com os fatos, afirmar a comunidade de origem para todas as variedades da família humana. Do mesmo modo, é entrar em contradição com os princípios da ciência fazer uma distinção sistemática entre as raças humanas e as espécies animais (AGASSIZ; AGASSIZ, 1975, p. 183-184).

Esta citação, apesar de longa, expõe algumas questões importantes sobre as ideias basilares do pensamento de Agassiz. A partir do cenário encontrado no Brasil, tentou defender o poligenismo, muito influente entre vários cientistas europeus em meados do século XIX. Segundo Schwarcz, os poligenistas acreditavam na existência de vários centros de criação, que correspondiam às diferenças raciais observadas (SCHWARCZ, 1993, p. 48). Agassiz procurava provar esta ideia ao comparar a mestiçagem humana com as misturas ocorridas entre os animais e ao defender que não havia uma comunidade de origem entre os humanos.

Outra teoria racialista que Agassiz procurou provar a partir de suas observações no Brasil foi a da degeneração ocorrida por conta das misturas “raciais”. Neste ponto, o viajante se aproximava das proposições de Buffon, quem, ainda no século XVIII, fez as mesmas aproximações entre humanos e animais e defendeu que os cruzamentos produziam indivíduos degenerados (POLIAKOV, 1974, p. 141). Assim, segundo Naxara, Agassiz parte do princípio de que toda miscigenação é condenada e vê o mestiço com desconfiança, como algo que foi maculado, tendo perdido a pureza inicial, a força potencial

inscrita na origem de cada elemento que o compõe. Isto significa perda para ambos os lados que cruzaram (NAXARA, 2004, p. 195).

Sobre as características dos mestiços, Agassiz dizia que o mestiço de branco com negro, ou seja, o mulato, podia até ter traços elegantes, a cor clara, e muita confiança em si, mas era indolente. Já o mestiço de índio com negro, o cafuzo, não tinha traços delicados, possuía cor carregada, cabelos longos, finos e anelados, e “o seu caráter apresenta uma feliz combinação do humor afável do negro e da enérgica rusticidade do índio” (AGASSIZ; AGASSIZ, 1975, p. 307). Por fim, o mameluco “é pálido e efeminado, fraco, preguiçoso, embora obstinado. Parece que a influência do índio tem a força justamente precisa para anular os altos atributos do branco, sem comunicar ao produto nada da sua própria energia” (AGASSIZ; AGASSIZ, 1975, p. 307). Assim, através de caminhos diferentes, as conclusões assemelham-se em alguns pontos com as de Saint-Hilaire: os mestiços podem ter uma ou outra característica favorável, mas, no geral, é o aspecto negativo que se destaca.

O problema da mestiçagem, para Agassiz, resume-se da seguinte forma;

o resultado de ininterruptas alianças entre mestiços é uma classe de pessoas em que o tipo puro desapareceu, e com ele todas as boas qualidades físicas e morais das raças primitivas, deixando em seu lugar bastardos tão repulsivos quanto os cães amastinados, que causam horror aos animais de sua própria espécie, entre os quais não se descobre um único que haja conservado a inteligência, a nobreza, a afetividade natural que fazem do cão de pura raça o companheiro e o animal predileto do homem civilizado (AGASSIZ; AGASSIZ, 1975, p. 184).

Portanto, as mesclas tendiam a se perpetuar, uma vez que os mestiços se misturavam entre si, contribuindo para a eliminação dos tipos puros. Destas misturas, nada se aproveitava, criando uma população que mais se pareceria com uma colcha de retalhos. Se a população do sítio de Peri, descrita por Saint-Hilaire, dificultava a identificação de mestiços e brancos, por causa das misturas incessantes destes primeiros; para Agassiz, o resultado era outro, uma população disforme, isenta de qualidades físicas e morais. Assim, o Império mestiço, para o cientista suíço, não apresentava muitas possibilidades futuras, pelo menos no que tange à sua composição racial.

Louis Couty e o mestiço indolente

Na década de 1880, o Brasil caminhava para o fim do trabalho servil, o que gerava discussões acaloradas na imprensa, no parlamento e entre intelectuais. Foi neste contexto que o francês Louis Couty esteve no país. Professor da Faculdade de Medicina de Paris, Couty foi contratado pelo governo imperial para ocupar a cadeira de Biologia Industrial na Escola Politécnica, em 1879. Faleceu no Rio de Janeiro, em 1884. Em vista disto, dos viajantes estudados até aqui, Couty foi o único que esteve no Império com um propósito de permanência prolongada, ou seja, acabou se tornando um imigrante.

Não promoveu nenhuma descrição de viagem, mas procurou interpretar alguns aspectos do Brasil que encontrara, sobretudo as questões em torno do fim da escravidão. Acreditava que o país tinha um grande potencial de crescimento, mas achava que, para isso, deveria resolver o problema da mão de obra. Para o viajante, apenas a substituição do trabalhador escravo pelo imigrante estrangeiro poderia mudar a situação da nação, visto que este era “melhor e mais econômico” que os negros. Deste modo, defendia o fim da escravidão, por considerá-la prejudicial, mas recusava qualquer proposta de inserção dos nacionais e dos negros libertos no mercado de trabalho livre, pois estes não conseguiriam seguir um regime de trabalho diário sem a coerção.

Para efeito de análise, utilizamos as obras *A escravidão no Brasil*, publicada inicialmente em 1881, e *O Brasil em 1884, esboços sociológicos*, de 1884. Nestes dois trabalhos, o mestiço aparece quase sempre como o “elemento nacional” e a avaliação do autor passa muito pela questão do trabalho. A constatação principal é de que estes não seriam bons trabalhadores, pois estavam entregues à ociosidade. Por isso, dizia que “os caboclos, indolentes e apáticos, e os escravos precisam ser substituídos por trabalhadores diligentes, capazes de produzir, consumir e aproveitar as diversas facilidades das trocas” (COUTY, 1984, p. 170). Para ele, o Brasil necessitava de “populações úteis”, como as da Europa e dos Estados Unidos, que permitissem o desenvolvimento nacional.

Dos três estrangeiros analisados, Couty foi o único que recorreu a autores nacionais para defender seus argumentos, reflexo de um Brasil que havia sofrido o impacto do movimento intelectual da “geração de 1870”; geração esta que contava, em seu repertório, com as idéias do cientificismo europeu (ALONSO, 2002), muitas das quais balizavam as falas do próprio Couty. Na verdade, tanto Saint-Hilaire quanto Agassiz chegaram a reclamar da ausência de trabalhos de brasileiros sobre o território em que viviam e sobre a população que nele habitava, considerando tal fato como sintoma da preguiça inerente à

sociedade. Couty, por sua vez, usou Silvío Romero e Joaquim Nabuco para chegar à conclusão de que, por conta das mesclas “raciais” e da forte presença de negros, o Brasil não tinha povo;

Não negamos as qualidades desses camponeses, na maioria mestiços, quase todos descendentes de índios e principalmente de negros libertos. São hospitaleiros, capazes de esforços pouco duráveis e seus hábitos não são agressivos. Entretanto, seus defensores, aqueles que, como Silvío Romero, julgam o mestiço superior ao branco, ou seus contendores, aqueles que, como Joaquim Nabuco, lamentam o fato de o País ter sido colonizado pelos portugueses e pelos negros, chegam à mesma conclusão: o Brasil não tem povo, ou melhor, o povo que lhe foi dado pelas misturas de raças e pelas alforrias não desempenham um papel ativo e útil (COUTY, 1984, p. 200).

O principal problema era que as misturas “raciais” não produziram trabalhadores. Couty, ao contrário de Agassiz, até elogiava a obra de mestiçagem realizada pelos portugueses, que não se dava apenas nas relações físicas, mas também no “entrosamento dos costumes, a mestiçagem moral”. Porém, lamentava o fato dessa mestiçagem não ter construído “um povo de trabalhadores constantes e econômicos” (COUTY, 1984, p. 201). Existem algumas qualidades positivas no mestiço, como a hospitalidade; mas a qualidade principal, o trabalho, característica desejada e necessária para a solução do problema da escravidão, está ausente nos indivíduos resultantes das “mesclas raciais”. Assim, *discordava profundamente da argumentação de Saint-Hilaire de que alguns mestiços davam bons trabalhadores.*

A partir da constatação de que não havia elementos laboriosos no Império brasileiro, Couty defendia a chegada de imigrantes, usando um discurso muito próximo do evolucionismo social, ao dizer que, por chegarem a um país onde não conheciam a língua, nem a cultura e os costumes, os estrangeiros estavam em posição de inferioridade. Por isso, o Estado deveria deixá-los lutar de igual para igual com os habitantes do país. Se os camponeses do Brasil provassem ter mais valor, venceriam os imigrantes. Mas, se perdessem nesta competição, provariam que não são úteis, e, por isso, o governo não deveria prover leis e direitos que os beneficiassem (COUTY, 1984, p. 210).

Em *A escravidão no Brasil*, dizia que, “como homem de ciência”, não poderia acreditar na igualdade entre os homens (COUTY, 1988, p. 104). Admitia, porém, ao contrário de Saint-Hilaire, que a mistura com o índio fornecia bons elementos à população, mas que não podiam ser usados na solução da crise do trabalho. Dizia o mesmo dos índios puros que não eram aptos para uma produção regular e, por isso, eram deixados em liberdade “para viver, ou melhor, para vegetar à vontade” (COUTY, 1988, p. 89-90).

Se, por um lado, a mestiçagem era condenada por produzir seres “inúteis”; por outro, Couty defendia a inexistência de preconceito racial no país, dizendo que “milhões de negros e mestiços livres já estão misturados com o resto da população em condições perfeitas de igualdade moral e social” (COUTY, 1984, p. 188). Neste sentido, falava dos cruzamentos de uma maneira bem próxima de Saint-Hilaire e Agassiz. Para ele, uma das marcas do Brasil não era apenas a ausência de preconceito de cor, mas também a frequente união entre os indivíduos de “raças” diferentes, que constituíam uma população mestiça numerosa, que não era tida como inferior. Seu espanto quanto a isto muito se assemelhava àquele de Elizabeth Agassiz ao visitar o colégio Pedro II.

Não é somente à mesa, no teatro, nos salões, em todos os lugares públicos; é também no exército, na administração pública, nas escolas, e nas assembleias legislativas que encontramos todas as cores misturadas, em igualdade de condições, e na mais completa e na menos afetada das familiaridades (COUTY, 1988, p. 52).

Creditava aos portugueses a realização dessa mistura harmônica, pois, desde o início, teriam se mesclado com negros e índios. Dizia ainda que, no século XIX, o Brasil ainda recebia uma grande quantidade de imigrantes de Portugal, que mantinham uma inclinação pela mulher negra.

Sabe-se também que homens que não conseguiram uma certa fortuna ou mesmo posições sociais elevadas, conservam, em geral, esta curiosa propensão para mistura de cores, e nas fazendas ou nas ricas residências das cidades, as uniões mestiças irregulares precedem, muitas vezes, ao casamento legítimo ou coexistem com ele (COUTY, 1988, p. 60).

Conforme Cláudia Santos, tendo abraçado as teses mais racialistas da época, Couty devia considerar as relações raciais no Brasil bastante harmônicas, pelo simples fato de negros e brancos dividirem os mesmos espaços (SANTOS, 2013, p. 168). Contudo, a miscigenação também contribuía para esta postura, uma vez que as mesclas eram vistas como uma singularidade do Brasil, assim como faziam Saint-Hilaire e Agassiz. Portanto, a visão da mestiçagem de Couty era marcada pela identificação das mesclas como uma obra louvável, por ter permitido a ausência de preconceito racial; mas que, ao mesmo tempo, não produziu bons trabalhadores, o que levava à necessidade de se introduzir novos elementos que pudesse resolver a crise de mão de obra da década de 1880. Neste ponto, novamente, os aspectos negativos teriam se sobreposto nas misturas “raciais”, criando uma população deficiente.

Considerações finais

A análise das descrições dos três estrangeiros utilizados como fonte para este artigo possibilita a percepção de algumas diferenças importantes nestes relatos. Porém, o que mais chama a atenção são as semelhanças nas representações do mestiço, mesmo com uma relativa distância temporal que separa as viagens. Diante disto, podemos fazer algumas considerações a respeito das percepções europeias sobre a mestiçagem no Brasil do século XIX.

Por um lado, as diferenças percebidas entre Saint-Hilaire, os Agassiz e Couty são fortemente marcadas pelo período no qual estes viajantes estiveram no Brasil e pelos objetivos das viagens. Saint-Hilaire descreve as mestiçagens como parte do cenário que encontrava, sem elaborar grandes teorias. Apenas relatava o que via e dava suas opiniões, baseadas nas leituras racialistas que já havia feito na Europa. O casal Agassiz, por sua vez, também relatou o mestiço como parte de uma paisagem. Porém, Louis Agassiz fez uma análise científica, segundo os padrões da época, muito mais apurada do que Saint-Hilaire. Não apenas descreveu ou opinou, mas inseriu os mestiços do Brasil em um discurso sobre a degeneração que ganhara muita força na Europa em meados do século XIX. Já Couty, vivenciando o gradual fim da escravidão no Império, procurou dar conta dos problemas inerentes à crise de mão de obra, encontrando na mestiçagem alguns argumentos para mostrar a inferioridade do trabalhador nacional.

Por outro lado, a distribuição das características positivas e negativas das “raças” progenitoras entre os mestiços e suas consequências para o Brasil também foram questões

que encontraram diferentes formulações entre os viajantes estudados. Para Saint-Hilaire, alguns mestiços podiam ter características favoráveis e as mesclas entre eles podiam formar indivíduos que se confundiam com os brancos. Porém, em uma análise geral, os resultados das mestiçagens para uma nação em vias de se formar não eram tranquilizadores. Já Agassiz, dizia que as mesclas extinguiriam as características positivas dos tipos puros, o que resultaria em uma população disforme. Couty, por seu turno, como Saint-Hilaire, concordava que algumas qualidades poderiam ser vistas entre os mestiços, mas faltava a qualidade essencial, o trabalho, que poderia solucionar o grande problema enfrentado pelo Império, no final do século XIX.

Apesar destas diferenças, as semelhanças entre as três descrições, no entanto, são mais visíveis. Os três viajantes, quatro se contarmos Elizabeth Agassiz, enxergavam a mestiçagem como uma singularidade do Brasil e identificavam a mesma como resultado de uma pretensa democracia racial, que, ao invés de coibir, incentivava as mesclas. Para os viajantes, era impossível falar da população do Brasil sem referir-se a esta característica que estava intrínseca à sua história. Neste ponto, pareciam concordar com von Martius.

Entretanto, na percepção destes estrangeiros, o resultado da mestiçagem quase sempre era negativo. Para Saint-Hilaire, as misturas, principalmente com o indígena, produziam maus elementos, nos quais predominavam as características negativas dos nativos. Para Agassiz, a miscigenação trabalhava no sentido de promover a degeneração, criando sujeitos que carregavam mais aspectos negativos do que positivos de suas matrizes. Para Couty, a miscigenação criava indivíduos preguiçosos, indolentes, portanto, inúteis para compor a força de trabalho necessária após a abolição.

A estas posições, ligava-se a ideia de que as potencialidades que a natureza poderia fornecer eram anuladas por uma população incapaz de explorá-la. Se o mestiço era limitado em vários aspectos, a jovem nação da América tinha um grande desafio de tentar prosperar em meio a tal “pobreza racial”.

Por fim, o estudo das obras destes viajantes permite concluir que a visão europeia diante da mestiçagem não sofreu alterações profundas em um intervalo de cerca de 60 anos. Desde a fundação do Império até os seus momentos finais, persistia a ideia de que as misturas produziam uma população deficiente, com os principais defeitos proferidos pelas teorias racialistas do Velho Mundo. Para os viajantes estrangeiros, o Império era mestiço, formado por “três raças”, e, por isso, estava muito longe do ideal de civilização proposto pela ciência europeia.

Bibliografia:

AGASSIZ, Elizabeth; AGASSIZ, Louis. *Viagem ao Brasil: 1865-1866*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.

ALONSO, Ângela. *Idéias em Movimento: A geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

BELLUZZO, Ana Maria. O viajante e a paisagem brasileira. *Revista Porto Arte*, volume 15, número 25, 2008.

COUTY, Louis. *O Brasil em 1884, esboços sociológicos*. Brasília: Senado Federal, 1984.

COUTY, Louis. *A escravidão no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988.

GUIMARÃES, Manuel Luis Salgado. Nação e civilização nos trópicos: os Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*, volume 1, número 1, 1988.

LEIRIS, Michel. Raça e civilização. IN: UNESCO. *Raça e ciência*. São Paulo: Perspectiva, 1970.

KURY, Lorelai. Viajantes naturalistas no Brasil oitocentista: experiência, relato e imagem. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, volume VIII, suplemento, 2001.

MARTIUS, Karl von. Como se deve escrever a história do Brasil. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, vol. 24, 1845.

NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Cientificismo e sensibilidade romântica: em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e universo cultural na colônia: Minas Gerais, 1716-1789*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

PAIVA, Eduardo França. Apresentação. *Varia História*. Belo Horizonte, vol. 25, n. 41, p. 09-16, 2009.

POLIAKOV, Léon. *O mito ariano: ensaio sobre as fontes do racismo e dos nacionalismos*. São Paulo: Perspectiva, Ed. da Universidade de São Paulo, 1974.

RAMOS, Jair de Souza; MAIO, Marcos Chor. Entre a riqueza natural, a pobreza humana e os imperativos da civilização, inventa-se a investigação do povo brasileiro. IN: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (Orgs.). *Raça como questão: história, ciência e identidades no Brasil*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem às nascentes do Rio São Francisco e pela província de Goiás*. 2º Volume. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Segunda viagem a São Paulo [Quadro histórico da Província de São Paulo]*. Brasília: Senado Federal, 2002.

SALLAS, Ana Luisa Fayet. Narrativas e imagens dos viajantes alemães no Brasil do século XIX: a construção do imaginário sobre os povos indígenas, a história e a nação. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, volume 17, número 2, 2010.

SANTOS, Cláudia. *Narrativas de viagem e escrita da História: os franceses no processo abolicionista brasileiro (1850-1899)*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.

SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1993.

SKIDMORE, Thomas E.. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

TODOROV, Tzvetan. *Nós e os outros: a reflexão francesa sobre a diversidade humana*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

VENTURA, Roberto. *Estilo tropical: História Cultural e polêmicas literárias no Brasil (1870-1914)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

